

LIBERDADE DE IMPRENSA: DA INEXISTÊNCIA DURANTE A DITADURA AOS EXCESSOS DO QUARTO PODER COEVO²⁸

Mário Pinto

Professor Auxiliar

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal

mpinto@ufp.edu.pt

28 Trabalho produzido no âmbito do projecto "Teorização do Jornalismo em Portugal," apoiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia através de fundos estruturais da União Europeia (FEDER) e de fundos nacionais do MCTES, referência PTDC/CCI-JOR/100266/2008 e FCOMP - 01 - 0124 - FEDER - 009078.

ISSN: 1646-0480

Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, nº 7, p. 216-226 (2010)

Submetido/Submitted: 31 Mai. 2010 / Aceite/Accepted: 07 Set. 2010

RESUMO

Direito inquestionável nos nossos dias, se bem que conquista relativamente recente, a liberdade de expressão sofreu inomináveis vicissitudes até atingir o estágio actual. Com efeito, se eram numerosos os que a reclamavam e tudo fizeram, durante a ditadura, para alcançar semelhante anelo, também não é despreciando o número dos que, não inteligindo a sua essência, a destratam com aproveitamentos oportunisticos e pouco ortodoxos. Dicotomia posicional de que os testemunhos aqui coligidos e concatenados se pretendem apodixar.

PALAVRAS-CHAVE

Censura, liberdade de imprensa, "quarto poder".

ABSTRACT

Unquestionable right of our times, despite being a recent achievement, freedom of speech has overcome many obstacles before reaching its recent status. In fact, if there were many who proclaimed it, and did everything they could to achieve it, is also not insignificant number of those who, unable to comprehend its essence, mistreat it with opportunistic and unorthodox exploitations. Dualities of positions that the testimonials here presented and concatenated intend to be incontrovertible evidence.

KEYWORDS

censorship; press freedom; "fourth power"

1. INTRODUÇÃO

Conjugadas as especificidades do período a analisar (por demais conhecidas, tanto a montante quanto a jusante) com as inerentes à idiosincrasia do prisma que elegemos para o equacionar, pode afigurar-se relevar do âmbito da pura utopia a pretensão de aflorar tal temática num contexto político, a ditadura, cuja principal marca genética é, justamente, a ausência de liberdade.

Todavia, não obstante tratar-se de um lapso temporal coincidente, a nascente, com a vigência de um regime tão *sui generis* pela negativa – autoritário, esteado numa polícia que tudo controla e impede, em que os mais elementares direitos (incluído o de expressão) são postergados e/ou coarctados, que faz do medo (e da delação) condição *sine qua non* da sua existência, peculiaridades que nem por momentos se pode elidir – insistir em votar este período ao ostracismo é algo com que não se pode pactuar, até porque de inconcutível contraproducência. Tão inaceitável quanto pretender deli-lo da memória colectiva: tal estratégia apenas serve para inviabilizar um estudo que de uma perspectiva histórica e cultural antes se impõe levar à prática. Desde logo porque condição *sine qua non* para a cabal compreensão do passado recente e, daí, do presente: mormente aquilatar de que modo e em que medida influenciou comportamentos actuais, levar à compreensão das mentalidades que os ditaram; e, sobretudo, permitir inteligir de que forma a imprensa aproveita hodiernamente a liberdade de expressão conquistada. O que a experiência nos mostra nem sempre ser a mais curial, a mais proba.

É, pois, partindo desta constatação liminar – e após dilucidar o relacionamento jornalistas/políticos, – que nos propomos proceder à exegese da coabitação destes, tendente a aferir em que moldes é exercida, pelos primeiros, a liberdade de expressão: se com a imprescindível probidade, se de forma abusiva, aproveitada para se arrogarem um ascendente, plasmado no designado ‘quarto poder’ (incensado, mais por temor do que por merecido respeito) que de facto não têm.

2. DITADURA: POSICIONAMENTOS CONTRA

Passando à exegese da questão, comecemos por um dos mais antigos dos livros que sobre ela se debruçaram, *Os “Margalhos”²⁹ da censura*, de João Paulo Freire. Aludindo à inconstância do conceito, para além de uma característica intemporal, a hediondez, que lhe é atávica, Freire (8) tenta um esboço de definição (“É uma espécie de tampão de que o conluio monstruoso da Prepotência com a Imbecilidade vem lançando mão para obstruir o cérebro e comprimir as consciências”), antes de ir à etimologia do termo, que dilucida a sua extracção e quão desvirtuada e rebaixada foi: “Um Censor é um relé, uma coisa de baixo estofo”.

Reportando-se à sua vigência (após situar o início em tempos imemoriais), traça, em seguida, o seu historial, desde o “velho Império romano onde existiu com certos rigores que a História regista” (Freire 9-10) situando o seu aparecimento entre nós “com a bula pontifícia

²⁹ Nome que tem origem no do primeiro censor, segundo Freire “O primeiro censor conhecido foi Pedro Margalho”. (10)

de Julho de 1547". Ao mesmo tempo que alude às primeiras demarcações (10): "A Censura foi, no seu início, uma arma meramente religiosa," data o surgimento da variante 'política': "Mas chega D. José e com ele essa tôrva figura do Marquês de Pombal," que cria a Real Mesa Censória, da qual decorre outra infausta instauração: "Estava criada a Censura Política". (10)

Concluído o historial de tão sinistra instituição ("A Censura foi, é, e será sempre, uma capa de vícios, nunca um desejo de morigeração"), Freire afirma, acerca da acção dos censores: cortam "O que cortaram sempre: aquilo que não convém aos seus interesses pessoais ou aos interesses da seita que representam, com a agravante de constantes inconseqüências". (12) Asseveração que comprova, exemplificando.

Curioso, nesta demonstração das incongruências e iniquidades da censura, é a sua incapacidade de impedir a divulgação ("há os panfletos e jornais clandestinos, que aparecem nas casas, nos cafés, distribuídos à farta") e a contraproducência do seu "exercício vergonhoso e vexatório" (12-13): "Não vale a pena. Com a agravante de que um jornal livre nem todos o querem ler, mas um jornal clandestino não há ninguém que não ambicione possuir e coleccionar". (13)

Prosseguindo a dissecação da actuação da censura, assegura Freire: "Depois 'veio a *lei das rolhas*' que, durante anos, foi suspendendo jornais, metendo jornalistas na cadeia [...] exercendo a apreensão por capricho". (13-14) Panorâmica de caos generalizado em que, como o autor reconhece, não obstante as leis de imprensa existirem "no papel," o que de facto "reinou [...] foi o arbítrio, o relaxamento, a perseguição e a revolta," do que resulta "chegarmos assim, desmoralizados e anarquizados, a 1910". (14) Data que, em vez de materializar o almejado marco salvífico, se revelou mais uma decepção, como enfatiza: "Passamos finalmente ao regime republicano e verificamos, com verdadeiro assombro, que a compressão, o garrote, usado para com a imprensa, aumentou, subiu de ponto!" porquanto, assevera, "À censura mais descabelada juntou-se a apreensão violenta [...] e a fúria não se limita aos jornais monárquicos. Atinge também, poucos anos depois, os jornais republicanos e socialistas". (Freire 14-15)

Antecâmara de mais uma sucessão de altos e baixos, detonadores de originalidades em que tanto pontifica o grotesco ("Os jornais de há dez anos [...] Vêm quase todos com as colunas em branco" 15), quanto o retorno de velhos vícios (15): "governos sucederam-se a governos, e todos [...] usaram e abusaram da censura conforme lhes apeteceu e lhes conveio". Até que "Mas um dia o sr. General Gomes da Costa vai a Braga e vem de lá triunfante até Lisboa. O «28 de Maio» é um facto". (15) Mudança efémera e com os perniciosos resultados consabidos:

Dois meses depois [...], temos no tablado da política portuguesa, o sr. General Carmona, e com ele a censura e com a censura este Paraíso em que vivemos e em que os jornais se parecem de tal maneira que ler um é lê-los a todos. (15)

Singularidade a que também alude Monsaraz (45), autor que, mais do que perfilhar com o anterior uma perspectiva crítica, evidencia um profundo conhecimento dos meandros da censura, irrefutavelmente patente, porque sem ambages, quer no global quer em afirmações esparsas, do teor desta "O desnecessário recurso à censura prévia, mais ainda do que um crime ou do que um erro, significa ininteligência, falta de visão, incapacidade ou medo de governar". (32)

Definindo-a como “o habitual tormento da dispneia mental, de restrições à inteligência, de falta de ar para o espírito,” que obriga, para a contornar, a que “Cada qual regresse às trevas do silêncio, ou então à meia-luz das habilidades redactoriais” (14) não se coíbe de a atacar: “O essencial é que desapareça de vez, que nos liberte desta presença indesejável, pernicioso, a que não pode habituar-se quem não renuncie ao encanto de pensar”. (16) Identifica os seus sequazes – “Porque será que os Governos Ditatoriais, blasonando de fortes, sentem sempre o pânico da Opinião?” (19) –, cuja ilegitimidade vinca, exprobrando: “Toda a autoridade, toda a força, para confessar-se legítima, precisa de ser consciente. A perfeita obediência exige sempre que se saiba mandar” (19-20), porque, conclui, “quando a energia se transmuda em violência, deixa mesmo de ser ilícita a recusa de obedecer”. No essencial por, ao extravasarem as suas prerrogativas, consubstanciarem genuínas prepotências:

Os Governantes [...] tomam quaisquer discordâncias sobre os actos que praticam como veros crimes de lesa-majestade. Interpretam a mínima ferida no seu orgulho como ofensa atentatória, imperdoável, à sua honorabilidade. (21)

Reconhecimento que permite a Monsaraz questionar a utilidade da censura e sublinhar a sua ilegitimidade: “Valerá a pena infringir-se o mais elementar dos direitos naturais – o pensar-se em voz alta?” (29), questão cuja resposta, decretória, aduz: “Impedir que o pensamento se exteriorize e publique significa, antes de tudo, falta de confiança e de coragem [...]; incerteza no seu poder dialéctico para impor-se e dominar”. (30) Vítima, ele próprio, dos métodos da censura, Monsaraz pode assegurar conhecê-la e, por isso, fundamentadamente expor o seu *modus operandi*:

A Censura, por via de regra, surge de improviso, sem barulho, quando uma revolta ou uma guerra nos vem impor qualquer Governo provisório ou de coligação, (...). De início certificam-nos, com solenidade, que somente a gravidade da Hora pode justificar tão feia anomalia. [...] Tem de limitar-se, evidentemente, aos periódicos quotidianos. Pouco a pouco, porém [...] vai aumentando a olhos vistos: [...]. É uma desconfiança permanente, a indiscrição «totalitária» de um insuperável zelo policial. (41-42)

Actuação cujos resultados também conhece: “cria-se aos poucos, pelas redacções, uma inevitável atmosfera de pânico” (42), tal como a forma de os evitar ou, no mínimo, debelar. Porque em função dos diferentes censores, diferentes serão as metodologias utilizáveis: se forem militares, a situação é mais suave; se, porém, forem outros “é preciso doirar a pílula: talvez assim a coisa passe...” (43)

Ruído na comunicação – que, *ipso facto*, se revelava assaz deficiente ou era inviabilizada – é também a tónica da tese de Luís Lupi, panegírico de Salazar e, em simultâneo, uma crítica suave à imprensa e, “com pinças”, à censura. Começando por questionar (6) “se a Imprensa Portuguesa tem acompanhado o êxito e progresso – evidente e inegável em todos os aspectos fundamentais – da Revolução de Salazar”, Lupi reconhece ser “forçado a concluir por uma resposta negativa”. Admitindo poder não ter razão, garante, ainda assim, estar “convencido de que o lugar da Imprensa é na vanguarda de qualquer movimento nacional, e que, quando isto não se verifica, o êxito de uma época [...] pode ficar ameaçado”. (6) Porquê? “É que as realidades, mesmo as mais palpáveis e iniludíveis, têm de ser explicadas à opinião pública num dia a dia de informação e crítica, esclarecedoras,” o que exige que

(...) o cidadão deve ser protegido das especulações e dos abusos que ponham em risco a sua saúde física, o seu bem-estar e a sua consciência política impõem igualmente que tenha ao seu dispor uma informação diária em que deposite a mais sincera confiança. (7)

Perguntar-se-á: o que falhou, então, ou, “a quem atribuir a culpa?” (7), pergunta que não posterga: “É que todos, sem excepção, teremos uma parcela de culpa,” da qual salvaguarda, contudo, a que cabe a Salazar, que “é mínima,” até porque “Creio que o pensamento de Salazar tem sido algumas vezes mal interpretado”. (8) Responsabilidade de quem? “Entre o Chefe do Governo e a opinião pública houve erros de interpretação, porque entre Ele e a Imprensa foram criadas barreiras que não deixaram de diminuir a luz de uma total verdade”. (8)

Reconhecendo que a empatia que poderia ter-se estabelecido entre Salazar e os Portugueses só a imprensa a poderia ter viabilizado, se as tais barreiras não houvessem prejudicado a sua acção, está identificado o culpado:

A quase sempre estandardizada análise feita durante anos seguidos, da Obra de Salazar e da sua personalidade (a única por vezes aceite sem reparos nem dúvidas, por aqueles que, em minha opinião, mal interpretavam Salazar) fizeram avultá-las sim, mas com evidentes sintomas de falta daquela espontaneidade que teria levado à opinião pública uma mensagem muito mais real, convincente e sincera. (Lupi 8)

Culpado que, no entanto, só após estas conjecturas nomeia: “Atribuo [...] a uma censura prévia que se prolonga demasiadamente, bastante da responsabilidade dos factos que afectam a indispensável evolução e progresso da Imprensa”. (9)

Efeitos inquestionavelmente perniciosos os decorrentes deste controlo, mas que não são os únicos. Outras repercussões, mais nefastas ainda, daí emergem, tais como, garante: a inviabilização de a Imprensa poder “cumprir a sua prestigiosa missão informativa e política” porquanto “O periódico para ter venda, necessita do interesse e da confiança do público”. Requisitos com que – mormente a fiabilidade –, não pode contar, quando, “parece incontestável que em Portugal [...], aumentou em proporções inconcebíveis a venda e expansão de revistas e jornais estrangeiros”. (9) Constatções que permitem a Lupi (10) confirmar a perniciosidade da censura – a que, eufemisticamente, chama condicionalismo –, plasmada na subalternização em que coloca os jornais nacionais relativamente aos estrangeiros (mais fiáveis): “que, por gozarem da fama de independentes e livres de orientações oficiais, parecem por vezes merecer a preferência de importante número de leitores portugueses”.

Cabe, a propósito, assinalar que a solerte perplexidade de Lupi é corroborada por Brás Meideiros – que assevera: “já satisfaria que se independentizasse a Censura [...] e se lhe comesse uma acção cada vez menos repressiva e mais orientadora,” (Medeiros 10) – no excerto em que demonstra que as condições para a subalternização da imprensa portuguesa são corolário da acção dessa mesma censura:

Assim: há pouco, quando da conferência de Londres acerca do Canal de Suez, recebemos a notícia da adesão de Portugal *directamente* do chefe dos serviços de Imprensa do S.N.I. Pois tal notícia, submetida a censura nos termos regulamentares, foi cortada! E a Nação dela tomou conhecimento através de emissoras e jornais estrangeiros. (10)

E a terminar esta breve revisão bibliográfica, o testemunho de Ribas, que alude ao “regime de rolha” (343), evocação (de relativa recorrência) que aproveitamos para registar o posicionamento de Boavida-Portugal, que estabelece sugestiva comparação com a garrafa champanhe de que faz efrástica descrição para, com iniludível azebre, rematar, reportando-se à censura: “O champanhe tem rolha... Ah! Mas isso da rolha é uma história comprida, que fica para outra vez...” (6)

De salientar, a encerrar esta primeira parte, é que o silenciamento imposto tinha repercussões ao nível da linguagem do quotidiano (em que pontificavam as meias palavras) e implicações a que o discurso jornalístico não ficava imune: levava em simultâneo à utilização de uma linguagem criptográfica e de um estilo insincero (que, sob a capa de aparente cortesia, era, na génese, hipócrita). Situação facilmente comprovável se, com esse almejo em vista, compulsarmos uns quantos jornais do período da ditadura. Basta, até, as primeiras páginas – como, por exemplo, esta, do *Diário de notícias* (DN), de 6 de Agosto de 1929 – para aferirmos da justeza da nossa afirmação:

Quási restabelecido da enfermidade que durante largo tempo o obrigara a permanecer no Hospital [...], já recolheu a sua casa o sr. ministro das Finanças, dr. Oliveira Salazar, que no sábado passado dera o seu passeio de automóvel até Cascais. (1)

Se há ilação que o exemplo aduzido torna irretorquível é, ao nível da expressão, pontificar uma linguagem encomiástica (com as inerentes repercussões no conteúdo, também ele profundamente laudatório): trata-se de uma linguagem *engagéé*, ‘situacionista’, que prima pela exagerada reverência, reflexo, afinal, do que constituía a “imagem de marca” de um contexto político peculiar em que muitos vocábulos eram liminarmente erradicados, porque réprobos para o emasculador sistema vigente; mas também de um “país de cócoras,” ou, como diria Baptista-Bastos:

A pátria voltou a ser o revés de si própria. Refém de um passado engravatado, cabisbaixo e deprimido, Portugal “portugalizou-se,” e os portugueses deixaram de significar para tornarem a ser insignificantes. (“DN Opinião” 25 Abr. 2007, 7)

2.1. USOS ABUSIVOS HODIERNOS A COBERTO DO 4º PODER

Passando agora para os nossos dias – começando no advento da democracia mas omitindo o período imediatamente pós-revolução, cujos excessos são consabidos – se contrapusermos à ‘breve’ do DN de 1929 antes referida, passagens coevas aleatoriamente retiradas da chamada imprensa de referência – como por exemplo estas duas: “O primeiro-ministro pode considerar-se um homem feliz. Tendo ou não uma licenciatura, tem um emprego. Milhares de portugueses, licenciados e qualificados, não podem dizer o mesmo: estão desempregados”. (Sobral), e “Maquiavel advertiu que, em política, não há moral. Sócrates não leu: mas aprendeu de ouvido”. (Baptista-Bastos, “DN Opinião” 16 Maio 2007) – o contraste não poderia ser maior.

E a constatação que de imediato se impõe, é que, da escrita “A bem da Nação,” do jornalista “atento, venerador e obrigado” à do seu colega hodierno, do endeusado ‘Quarto poder’, ocorreu um profundo avatar (passe a redundância), que ousamos asseverar ser um fiel retrato do que *lato sensu* aconteceu na sociedade, no país e na forma como a imprensa os

apresentava. E a vários níveis. Desde logo, ter a mutação verificada ido no sentido de maior descomprometimento, de uma linguagem menos cerimoniosa, mas que, como corolário da abertura verificada, levou também a que reiteradamente se passasse aos antípodas da progressa, como se certos jornalistas se quisessem redimir de tão duradoura subserviência. Afirmção de que este caso, tão comezinho quão paradigmático, é cabal demonstração: enquanto em 3 de Agosto de 1926 o DN assinalava, na primeira página, “Passa hoje o aniversário natalício de S. M. o Rei Haakon VII da Noruega (...)”, o mesmo jornal noticiava em 29 de Julho de 2005 (mas na página 41), sob o título “Juan Carlos em visita aos Açores” (monarca que um dia confessara a Jorge Sampaio ser esta a única região de Portugal que nunca visitara): “O presidente da República Portuguesa não se esqueceu do desabafo do monarca espanhol e, há uns meses, endereçou o convite aos reis de Espanha”. Do panegírico de “S. M.” e o “Rei” ao prosaico de Juan Carlos e Jorge Sampaio (ou “monarca,” “presidente” e “reis”) está plasmado todo um percurso democrático que recorrentemente tem levado a cair na irreverência e na animosidade acintosa. Ou, em casos extremos – como neste título, “O ministro é um camelo?” (Costa) – a raiar a insolência. Exagero de que não escasseiam exemplos. Aliás, lê-se e fica-se incrédulo.

Situação só possível por esquecimento intencional de determinados conceitos-chave, tais como, precipuamente, acarretar o estatuto de jornalista algumas obrigações morais e ser a sua uma profissão ao serviço dos demais, mas também por desconhecimento do que preconiza um dos mais eminentes teorizadores do jornalismo, Luka Brajnovic: “informador no puede ser cualquiera, sino la persona capacitada para ello. Capacitada tanto intelectual como moralmente”. (62)

Convém deixar claro, a fim de obstar ao mínimo quiproquó, ser por demais óbvio não questionarmos a liberdade de expressão de que hodiernamente desfrutam os jornais – reputamos mesmo assaz gratificante a possibilidade de, ao lê-los, podermos fruir textos que, pondo a nu a actuação menos curial de certos políticos, nos ajudam a ver tudo o que está oculto num domínio que devia ser cristalino. O que não é, de modo algum, compaginável com a pesporrência de outros que, sem noção dos limites da sua função (que amiúde exorbitam), acabam por agredir reiteradamente os leitores através da imposição dos seus pontos de vista, porque convencidos de encarnarem o “quarto poder,” mas ignorando que, como Brajnovic postula:

En el fondo se trata de una obligación moral del informador que ni es ni representa poder alguno, si no quiere convertirse en un dictador y un usurpador. Su función es de servidor que pone – eso sí– toda su capacidad y todas las cualidades y posibilidades de un experto inteligente y honrado al servicio de los demás. En este sentido, la labor informativa es el *primer servicio* influyente en las relaciones sociales y de ningún modo el *cuarto poder* a nivel de los poderes legislativo, judicial y ejecutivo. (161)

Postura judicativa – em total contracorrente com a vigente – que não pode deixar de ser sublinhada e de merecer plena anuência. Justifica-se, aliás, a propósito deste tão controverso conceito, abrir aqui um breve parêntesis tendente a desmitificar e clarificar certas ideias feitas.

Questão pouco consensual – a de ser ou não o jornalismo o quarto poder – a verdade é que a generalidade dos especialistas propendem para o seu apoio tácito, assim lhe conferindo legitimidade para ombrear com os poderes legislativo, executivo e judicial. Embora não re-

futemos estas opiniões, o que a nosso ver está em causa é o modo como os jornalistas se propõem desempenhar o seu múnus: se, de uma forma íntegra (implacáveis fiscalizadores da actividade governamental) ou se, ao invés, como porta-vozes dos poderes instituídos, “casta de párias” sem pietismo denunciada e menoscabada pelos probos profissionais que com eles têm de conviver:

A generalidade da cobertura montada [...] constitui um circo mediático ao qual é abusivo e injusto aplicar a designação de jornalismo. Na cobertura deste tipo de casos não há apenas a considerar pseudojornalistas desonestos e sensacionalistas. (...) traficantes de emoções, de especulação e de morbidez. (Guerra 52)

Fechado o parêntesis, retomemos o fio do discurso que explanávamos para asseverar ser, em nossa opinião, uma mal disfarçada ânsia de afirmação como contrapoder que leva certos ‘escreventes’ hodiernos – não confundir com os *opinion makers*: veteranos credenciados, articulistas e colonistas de reputado mérito – a caírem no extremo oposto, e a produzirem uma comunicação tão entediante quanto a do seu colega “atento, venerador e obrigado,” só que de sinal contrário: a subserviência substituída pela agressividade pesporrente. Como aqui:

A nomeação como embaixador junto da OCDE relança na causa pública o ex-secretário-geral do PS. Que andava aos caídos desde os tempos em que agonizava na liderança dos socialistas. (Ramires 7)

Perguntar-se-á: mas como se chegou a este ponto? É público que a prática política atravessa, hodiernamente, uma fase menos boa (piedoso eufemismo para designar o pântano em que está mergulhada), ilação por demais óbvia e, *ipso facto*, tácita e ecumenicamente aceite. O que resulta da circunstância de esta ser, mais reiteradamente do que o expectável, adulterada, quando não subvertida. Motivo: o recorrente incumprimento – seja por deficiente compreensão da sua idiosincrasia, dos ditames que deviam presidir ao seu incremento ou dos princípios éticos que lhe subjazem seja por fins inconfessáveis – da sua finalidade primeira.

Afirmação que é de imediata comprovação empírica através da observação da prática quotidiana dos seus agentes e da leitura de qualquer periódico: por mais estocástica que esta seja não há necessidade de esquadriñar muito, tal a plethora de exemplos susceptíveis de a corroborarem. E quando sobrevém algo similar, o que *a priori* se antevia como tarefa aliciante, torna-se uma sensaboria entediante e disfórica. Culpa de que não se podem eximir os seus actores directos, políticos e jornalistas, cujo relacionamento nem sempre é o mais ortodoxo ou, tão-pouco, paradigma de lisura. Desde logo pela promiscuidade (procurada por uns e aceite pelos outros) que entre ambos se entretece – como reconhecia Henrique Monteiro: “A pressão dos Governos sobre os jornalistas é uma constante e, curiosamente, faz-se por métodos que pouco evoluíram”. (3) –, que, conclui, apenas contribui para agravar um relacionamento que de há muito nada tinha já de recomendável (“esquizofrénico” lhe chama):

O que há, de verdadeiramente novo, é – na minha opinião – uma espécie de promiscuidade que há anos não existia e que tem vindo a tornar-se, cada vez mais clara. Os gabinetes têm cada vez mais ex-jornalistas, as agências de comunicação estão cheias de ex-jornalistas e o surgimento dos cursos de comunicação – que formam jornalistas, assessores e comunicólogos – fez de toda esta gente ex-colegas e amigos de sempre que se colocam em campos distintos e, por vezes, muitas

vezes, com interesses opostos. [...] Num momento ou noutro, sempre me pareceu que alguns governantes sentiriam um grande alívio se pudessem governar sem jornais. Do outro, a comunicação social, com os seus vícios e pecados próprios, passando de fases onde tudo é perdoado (os estados de graça), para aqueles em que nada é poupado. (3)

Resultado óbvio da pretensa imbricação de funções é a banalização de situações deste cariz: “Assessores que telefonam ameaçadores para as redacções. [...] Já não bastava termos o poder executivo a morder os calcanhares da Imprensa”. (Lourenço 33), e a emissão de comentários tão pouco abonatórios quanto o seguinte:

Sem colocar em causa a qualidade e competência de todas as personalidades envolvidas, tudo isto contribui para o desprestígio dos cargos e dos titulares, que mais parecem pau para toda a obra do que cidadãos sinceramente preocupados em resolver problemas a favor dos seus eleitores. (AAVV 52)

Relacionamento outrossim afectado por se pautar por uma duplicidade ambígua – porque oscilante entre a ressumbrante animosidade no discurso descarável de número não despiciendo de jornalistas em relação a determinados políticos ou, no extremo oposto, a subserviência bajuladora – e pelo temor reverente, vulpino destes para com aqueles, como afirma Paulo Baldaia: “Chega a ser confrangedora a dependência dos políticos em relação ao que se escreve nos jornais. Acreditam que os jornalistas têm um poder que verdadeiramente não têm,” que explicita: “Quando muda o poder há sempre uma legião de fiéis que repete o beija-mão”. (11)

Impetrância, de certos políticos, que só pode ter como corolário a perda de respeito com que amplas franjas de jornalistas a eles se referem. E que a adução do próximo exemplo – aleatoriamente recolhido, mas de *per si* assaz elucidativo – comprova:

Armando Vara não tem especiais habilitações para a administração da Caixa – a não ser, claro, a militância e os serviços prestados ao PS. [...] Lembram-se do cartaz de campanha do PSD com a frase “quer mesmo que eles voltem?”? Estavam lá as caras de alguns que já voltaram, não à política, mas ao que a política pode fazer por eles. Fernando Gomes está na Galp, Vara na Caixa. E outros se seguirão. (Vaz 5)

3. CONCLUSÃO

Corolário do exposto é haver ficado demonstrado – através da compulsão adrede efectuada, da bibliografia disponível – quer a inexistência de liberdade de imprensa na primeira parte do período em apreço, quer a perniciosidade da censura (cuja presença consubstancia inultrapassável óbice para a consecução da liberdade de expressão) quer, finalmente, ser recorrente o exorbitar de competências por parte de certos jornalistas mais propensos ao ataque pessoal do que à denúncia de anomalias a reclamarem reparo e mercedoras de exprobração. Apodixe de quão imperativo é o aprofundamento da dissecação do tema e que, *ipso facto*, justifica que a ele se regresse em trabalhos futuros. Acreditamos ainda assim, ter ajudado a desvendar peculiaridades que marcaram e marcam os dois períodos do contexto epocal analisado, contribuído para a sua melhor compreensão e, por isso, sido alcançados os objectivos que nos propusemos.

BIBLIOGRAFIA

- AAVV "Editorial". *Expresso* 19 Maio 2007.
- Baldaia, Paulo. "Opinião". *Diário de notícias* 13 Ago. 2005.
- Baptista-Bastos. "DN Opinião". *Diário de notícias* 25 Abr. 2007.
- Baptista-Bastos. "DN Opinião". *Diário de notícias* 16 Mai. 2007.
- Boavida-Portugal, J. *A vida complexa e grandiosa do jornal*. Lisboa: Ed. Fernandes, 1948.
- Brajnovic, Luka. 2ª ed. *El ambito científico de la información*. Pamplona: Ed. U. Navarra, SA, 1991.
- Costa, Luís. "Opinião" *Jornal de notícias* 2 Jun. 2007.
- Freire, João P. *Os "Margalhos" da censura*. Lisboa: Centro Tipográfico Colonial, 1926.
- Guerra, João P. "Coluna vertebral". *Diário económico* 22 Maio 2007.
- Lourenço, Camilo. "A cor do dinheiro". *Jornal de negócios* 13 Abr. 2007.
- Lupi, Luís. *A imprensa e a revolução nacional*. Lisboa: Editorial Império, Lda., 1956.
- Medeiros, Brás. *Retalho da vida de um jornal*. Lisboa: s.n., 1956.
- Monsaraz, A. *Respiração mental – o problema da censura*. Lisboa: Of. Gráfica Pax, 1946.
- Monteiro, Henrique. "Opinião". *Expresso* 14 Abr. 2007.
- Ramires, Mário. "Opinião". *Expresso* 13 Ago. 2005.
- Ribas, J. *Fundamentos psicológicos de jornalismo*. Lisboa: Ed. Gazeta Médica Portuguesa, 1953.
- Sobral, Fernando. "Linha de água". *Jornal de negócios* 9 Abr. 2007.
- Vaz, Raul. "Editorial". *Diário de notícias* 3 Ago. 2005.